



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTORIADORES DA ARTE



ALMEDINA

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
HISTÓRIA DA ARTE · 2001

PORTUGAL: ENCRUZILHADA DE CULTURAS,
DAS ARTES E DAS SENSIBILIDADES – ACTAS

II CONGRESSO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA DA ARTE

ACTAS

O estudo da azulejaria barroca em Portugal: história, análise e evolução

Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara

1. *Préambulo*

Contando-me, desde alguns anos, no número dos que se ocupam da azulejaria portuguesa de Setecentos e da sua problemática, apenas quero deixar alguns tópicos para uma reflexão, em torno da historiografia do azulejo deste período.

Luz, brilho, fascínio, linguagem, modelação e um espírito muito próprio, foram talvez – ao longo do último século – as palavras mais usadas quando nos referimos à azulejaria portuguesa enquanto modalidade pictórica que se revelou como um dos valores estéticos “totais” do Barroco português.

Desde cedo uma presença contagiante aos olhares nacionais e estrangeiros – e recordemos uma das mais belas frases escritas sobre o azulejo em Portugal em 1846 pelo Conde Athanase Raczyński (1788-1874)¹ – “*Les azulejos constituent en partie la physionomie du Portugal*”, opinião que inaugurou uma abordagem histórica desta manufatura, distinguindo-se imediatamente como uma das manifestações mais características da cultura portuguesa.

A obra de azulejaria consagrou como sabemos diferentes gerações de operosos artistas, instituindo sob um modo artístico, um sentido de um ideário e de uma linguagem específica.

Acreditando na plasticidade desta arte, o azulejo foi tradicionalmente relegado para o campo subalternizado das meras artes ornamentais, no entanto – contando com importantes contributos nos últimos vinte anos – constituiu hoje, sem sombra de dúvida, uma verdadeira arte maior à escala territorial.

¹ Desembarcado em Lisboa em 1842, como ministro do rei da Prússia, Raczyński que entre 1836 e 1841, havia publicado uma *Historie de L'Art Moderne en Allemagne*, em três

volumes, mostrou interesse pela história de arte em Portugal. Na sequência deste interesse, virá a publicar em 1846 e 1847 dois volumes que ficarão para as décadas seguintes

como incontornável ponto de referência: *Les Arts en Portugal. Lettres Adressés a la Société Artistique et Scientifique de Berlin, et Accompagnées de Documentes*, Paris 1846 e *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal (...)*, Paris, 1846. Raczyński surge no contexto da historiografia artística portuguesa como uma ruptura metodológica e crítica e o rigor metodológico. Procurou obter uma imagem global da história da arte portuguesa, tendo por isso viajado pelo país, percorrido as galerias particulares e classificado com rigor as obras de arte que ia observando. Contou, neste trabalho, com o apoio do 2.º visconde de Juromenha, cuja ampla informação acerca da arte portuguesa constituiu um guia inestimável. O trabalho de R. não teve contudo a repercussão que seria de esperar. As suas apreciações críticas chocaram com um *status quo* que surgiu violentamente e o levou a desistir de um terceiro volume sobre a arte em Portugal. Nos anos seguintes, os estudos continuarão a ser escassos e metodologicamente incapazes. No entanto, alguns aspectos denotam uma mudança que se anuncia: cresce o interesse pelos monumentos, aumenta o número de autores a escrever sobre a arte e surgem várias revistas especializadas. Cf. ROSMANINHO, Nuno – *A Historiografia artística portuguesa. De Raczyński ao dealbar do Estado Novo (1846-1935)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

O estudo crítico e o levantamento circunstanciado da azulejaria de Setecentos em Portugal e conseqüentemente no Brasil continua por fazer, persistindo como um campo de trabalho científico e simultaneamente como área de investigação em aberto, contando à partida com algumas dificuldades não só ligadas à perda de conjuntos em decorrência de demolições, roubos, transferências, como de restauros não sistematizados, constatações que nos colocam um problema considerável das metodologias mais aprofundadas, mais eficazes ou mais urgentemente necessárias.

A historiografia do azulejo, especificamente centrada no período de Setecentos, embora vasta, é contudo muito irregular e dispersa, por vezes mesmo contraditória. Uma larga percentagem de trabalhos encontra-se esgotada, de difícil consulta e acesso, desconhecendo-se um número razoável de catálogos informativos e rigorosos para não falar da inexistência de um inventário temático actualizado.

2. História

Integrado no vastíssimo campo da cerâmica, a historiografia do azulejo português ganha uma base científica em 1883 com a decisão pioneira de Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) em organizar uma Exposição de Cerâmica do Porto, editando *Exposição de Cerâmica. Documentos coordenados (com uma série de marcas inéditas,...)* e dois anos mais tarde a *Cerâmica Portuguesa. Série II - Estudos e documentos inéditos*, trabalhos que o levaram a editar no início do século XX (1908) nas *Notas sobre Portugal* um apontamento sobre "Arte decorativa em Portugal". Com formação alemã, Joaquim de Vasconcelos foi considerado por muitos autores como o primeiro grande historiador de arte português, fazendo (em Portugal) um trabalho de pesquisa e de inventário crítico absolutamente indispensável. Assim o refere Reinaldo dos Santos em 1922², como o "*ilustre mestre e verdadeiro iniciador dos estudos de crítica histórica sobre arte em Portugal*", consideração justificada pela metodologia e gosto que sempre manifestou e pela sua enorme erudição. O seu trabalho particularizou-se ainda em integrar a arte no âmbito económico e social e equacionar o papel da arte portuguesa na arte europeia dos séculos

Cf. SANTOS, Reinaldo dos,
A Torre de Belém - Estudo
Histórico e Arqueológico, 1922.

xvi e xvii através de um trabalho de cruzamento de fontes, revelador de um vasto conhecimento e grande sensibilidade.

Outra das intenções pioneiras foi a de José Queirós, oficialmente encarregado em 1916 de organizar a primeira inventariação dos azulejos existentes em Portugal, trabalho que não teve consequências devido à sua morte.

O início do século xx foi assim marcado por um persistente desenvolvimento cada vez mais intenso dos estudos sobre nacionalidade em arte, na qual evidentemente o azulejo e a cerâmica ocuparam o seu espaço. Se Vergílio Correia (1888-1944) pode representar o estudioso erudito atento e afeito aos documentos, José Queirós, Rocha Peixoto³; Pedro Vitorino, Sousa Viterbo, e Feliciano Guimarães⁴, entre outros, não descurando a pesquisa documental, criaram um verdadeiro discurso de pendor nacionalista, desejando encontrar uma especificidade artística portuguesa: e recordemos alguns títulos desta produção historiográfica artística:

Entre os anos 10 e 20, surge-nos Vergílio Correia com "A Família Oliveira Bernardes, uma grande escola de pintura de azulejos (1ª metade do século xviii) na Revista *Águia* em 1917, seguindo-se "Oleiros e pintores de azulejo: olarias de Santa Catarina e Santos" (1918), "Oleiros Quinhentistas de Lisboa" (1919) e José Queirós com *Olarias do Monte Sinay* (1913) ainda do mesmo ano "Azulejos da Portaria de S. Vicente" publicado no *Bolletino del Museo Internazionale del Ceramiche* e, de 1916, o artigo "Louça e azulejos de Torres Vedras" na *Terra Portuguesa*, não esquecendo as suas importantes obras sobre Cerâmica logo no início do século: "Faiança de Massarelos" na Revista *Serões* (1905) e *Cerâmica Portuguesa* (1907), obra reeditada e actualizada pela editora Presença em 1987⁵.

Entre os anos 20 e 30, Francisco Sousa Viterbo lança pela Associação dos Arqueólogos de Lisboa: *Cerâmica Lisbonense nos princípios do século xvii* (1922), e "A Quinta dos Azulejos" em *O Instituto* (datado de 1909 mas com edição posterior) e Pedro Vitorino, imbuído de uma epistemologia positivista, o seu estudo sobre *Cerâmica Portuense* (1930), um repositório de informações relativas a cada fábrica, pois embora as especificidades artísticas estejam submersas com problemas de datas, antiguidade, compras e vendas, localização etc, esta obra revelou uma extrema consciência documental no âmbito do que o seu autor se propôs.

3 Cf. PEIXOTO; Rocha - "Uma Iconografia popular em azulejos", *Portugália I*, 1901, pp. 587-590.

4 Cf. *Azulejos de Figura Avulsa*, Gaia, 1932; "Notas de Arte, os Azulejos de Refoios" in *Arquivo de Viana do Castelo*, vol. I, Viana do Castelo, 1934.

5 Cf. *Cerâmica Portuguesa e Outros Estudos*, 3ªed, Lisboa: Editorial Presença, 1987.

A historiografia artística portuguesa e particularmente o objecto artístico específico que tratamos aqui, os estudos sobre cerâmica e azulejo, caracteriza-se no final do século XIX pelo aparecimento da preocupação inventariante, tornando-se paulatinamente predominante a descoberta de obras e a identificação de autorias e no início do século XX apresenta-se em torno de grandes monografias, não descurando a vertente complementar da publicação de fontes.

Concomitantemente à produção escrita, a vertente museológica não foi esquecida. Recorde-se as incipientes intenções museológicas em finais do século XIX de José Maria Nepomuceno e Liberato Teles⁶ em reunir variados azulejos provenientes de conventos extintos e outros edifícios públicos no Convento da Madre de Deus. Em 1939, foi importante a *Exposição de Cerâmica Ulissiponense*, organizada por Augusto Cardoso Pinto no Palácio Galveias, embrião do efémero Museu de Azulejo e Faianças de Lisboa, que mais tarde deu origem ao Museu da Cidade.

Mas as bases mais sólidas de uma historiografia da especialidade couberam ao Engenheiro Santos Simões que fez da azulejaria portuguesa um lugar de inquietações e objecto de investigação pessoal. É como Conservador-Ajudante do Museu Nacional de Arte Antiga que organiza em 1947 uma exposição – *Azulejos* –, a 6ª exposição temporária deste museu, um verdadeiro embrião do futuro Museu do Azulejo na distribuição da colecção pelas salas de exposição, as divisões cronológicas e temáticas da azulejaria, questões que enunciam igualmente a futura organização do *Corpus de Azulejaria Portuguesa*, um projecto pioneiro e que se aliará à *Brigada de Estudos de Azulejaria* – que só nos anos 60 começará a ganhar forma.

Nos anos 50 apareceram estudos significativos como os de Mário Barata com a primeira síntese sobre *Azulejos no Brasil* (1955); Reinaldo dos Santos, nomeadamente com a primeira perspectiva de conjunto sobre *O Azulejo em Portugal* de 1957-58, obra reunida no volume III de *Oito Séculos de Arte Portuguesa* e uma visão “de fora” da arte portuguesa por Robert Chester Smith⁷ olhar atento e inovador, que avançou com arrojadas atribuições de obras, registando e fotografando os seus objectos de estudo, constituindo uma vasta colecção de imagens, particularmente no campo da Talha, das Artes Decorativas e da Arquitectura do Norte de Portugal nos séculos XVII e XVIII. A este autor se deve o mérito de divulgar internacionalmente o azulejo portu-

⁶ Cf. TELLES, Liberato, *Duas Palavras sobre Pavimentos*, Lisboa, 1896; *Temas de Lisboa na Iluminura e no Azulejo*, Catálogo, exposição da C.M.L., Palácio Galveias, Lisboa, 1962.

⁷ Recorde-se as duas recentes exposições monográficas patentes na Fundação Calouste Gulbenkian em 1997 e 2000 sobre estes dois últimos autores, bem como ao seu espólio existente no Arquivo de Arte, organizadas pelo Serviço de Belas Artes), Cf. Robert C. Smith (1912-1975) e a investigação na *História de Arte*, F.C.G., Serviço de Belas Artes, Arquivo de Arte, Lisboa, 2000

guês e de interpretar a sua especificidade como bem nos documentam os artigos publicados entre os anos 60 e 70 nas revistas: *Antiques* ("A new museum of tiles in Lisbon"; *Apollo* ("French models for Portuguese tiles") e *The Journal of the American Portuguese Cultural Society* ("Some Lisbon Tiles in Estremoz" e "Azulejos of Cascais"), leituras obrigatórias e sempre actuais.

Os anos 60 destacaram-se para a azulejaria portuguesa em várias vertentes: a procura de um inventário exaustivo, a actividade na produção científica e a divulgação de preocupações museológicas, catalizadas sobretudo na figura já referida de Santos Simões. Em 1960 é nomeado para organizar o Museu Nacional do Azulejo ainda uma dependência do Museu Nacional de Arte Antiga. Este colocará ao serviço da criação deste Museu o seu vasto conhecimento em azulejaria, ressaltando a vertente didáctica como uma das suas prioridades, sugerindo o funcionamento de um Centro de Estudos de Azulejaria. Serão simultaneamente anos de montagem – as salas relativas ao azulejo no século XVI, XVII e XVIII, azulejaria estrangeira e abertura do Museu ao Público em 1965. Durante este período confluirão para a Madre de Deus azulejos até então dispersos por diferentes instituições e edifícios estatais. Também no mesmo ano (60) é criada pela Fundação Calouste Gulbenkian a "*Brigada de Estudos de Azulejaria*" dirigida por Santos Simões, que teve como objectivo efectuar a recolha de elementos informativos sobre a azulejaria em Portugal, fazendo um rastreio sistemático dos núcleos mais representativos e de maior valor estético da azulejaria portuguesa. A metodologia usada neste projecto compunha-se de várias fases: numa primeira fase foi efectuada a localização dos núcleos com base em inquéritos às Câmaras Municipais, parócos, contando quase sempre com o amadorismo de estudiosos e da população em geral; numa segunda fase procedia-se ao trabalho de campo, na verificação dos dados e no levantamento das informações que Santos Simões registava em ficha e fotograficamente. Por último, a fase de gabinete onde era compilado e organizado todo este material, resultando índices e fichas temáticas com várias entradas (azulejos datados, ornamentais, iconográficos, legendados, mitológicos, religiosos, entre outros). Em 1968 estava concluída a cobertura territorial de Portugal Continental, Ilhas Adjacentes e Brasil.

Desta tarefa ciclópica resultou um plano de publicações: cinco volumes e algumas monografias complementares, de que se

destacam: *Azulejaria Portuguesa nos Açores e Madeira* (1963); *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI* (1969), *Azulejaria em Portugal no século XVII* (1971), as duas últimas com reedições recentes (1990; 1997), e *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, edição póstuma (1979), resultado de uma compilação de textos, fichas e fotografias deixados por Santos Simões e revistas por Flávio Gonçalves com a colaboração do Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian. Em Outubro de 1971 é realizado o 1º Simpósio Internacional sobre Azulejaria também na Fundação Calouste Gulbenkian, cujas actas nunca foram publicadas acompanhado da exposição "*Cerâmica Decorativa Moderna Portuguesa*".

Com o desaparecimento da figura de Santos Simões, e a inoperância da Brigada de Azulejaria reduzida a um arquivo, os anos 70 trouxeram a este domínio científico alguma desconsideração, indecisão e confusão proporcionando o aparecimento de trabalhos sem rigor, embora evidentemente com várias excepções⁸.

Nos anos 80 reactivam-se as colecções nacionais mais importantes da azulejaria: Rafael Calado comissaria a exposição itinerante "*Azulejos – Cinco Séculos do Azulejo em Portugal*", que assinala a transferência do Museu do Azulejo para as instalações do Convento da Madre de Deus e é montada a exposição do Museu da Cidade "*Azulejos de Lisboa*", cujo catálogo constitui a primeira síntese actualizada sobre azulejaria portuguesa após a de Reinaldo dos Santos, preferencialmente no contexto de Lisboa.

Partindo deste ponto, muitos trabalhos arracaram concretamente na recuperação e tentativa de definição de um ciclo barroco na Azulejaria portuguesa. Refiro-me em particular aos de Flávio Gonçalves – *As obras setecentistas da Igreja de Nossa Senhora da Piedade e o seu enquadramento da Arte Portuguesa da primeira metade do século XVIII* (1984), Carlos Moura e José Meco, respectivamente nas Publicações Alfa (1989). O primeiro com a definição dos primórdios do Barroco: *Sombra, luz e cromatismo: a pintura e o azulejo. As Artes decorativas*, e o segundo com uma proposta de síntese *Azulejo em Portugal*. Ainda nos finais dos anos 80, o *Dicionário do Barroco (...)*, privilegia a azulejaria com algumas das seguintes entradas: *Azulejo, Figuras de convite, S. Lourenço de Almansil, Quinta dos Azulejos, Palácio do Correio-Mor, Loios de Évora, e Loios de Arraiolos, Valentim de Almeida, Policarpo de Oliveira Bernardes e António de Oliveira Bernardes*, entre outras, pois não deixa de ser significativo que no final do

⁸ Vejam-se os estudos fundamentais de Robert Smith e Flávio Gonçalves.

século xx só 10% de um "Dicionário do Barroco em Portugal" seja dedicado ao azulejo.

Pela mesma altura, a revista sobre estudos barrocos – *Claro/ Escuro*, (1989-90) aparece com importantes trabalhos de Luísa Arruda ao nível da encomenda, do retrato cerâmico e da caracterização de um género artístico correcta e cientificamente delimitado em relação às outras criações azulejares portuguesas do tempo: as figuras de convite: *O retrato de D. João V na Portaria de S. Vicente de Fora e o Palácio de Xabregas. Do Legado de Tristão da Cunha às grandes obras do século XVIII*, intenções que irão desembocar mais tarde num projecto mais alargado e inovador: *Azulejaria Barroca Portuguesa – Figuras de convite* (1993).

Respectivamente em relação ao rococó e ao período pós-terramoto, as lacunas existentes eram maiores. Inicia-se, ainda nos anos 80, uma reformulação cronológica deste período em fases individualizadas; concretamente no que respeita à produção ligada à fábrica do Rato intuída por José Meco: *Azulejaria no Concelho de Oeiras, O Palácio Pombal e a Casa da Pesca* (1982) e *Louças do Rato e azulejos pombalinos*, artigo que acompanhará o Catálogo da exposição patente no Museu da Cidade em 1982 e ao estudo pontual sobre o retrato cerâmico de José Sarmento de Matos a propósito do programa decorativo da Galeria dos Reis no Palácio Fronteira publicado na *Revisa Italiana F.M.R.* (Milão 1985)⁹.

⁹ Cf. José Sarmento de Matos – "Alle Fronterie" in *F.M.R.*, Milano n.º 32, Abril 1985, pp. 81-99.

É, sobretudo, em relação à produção da segunda metade do século XVIII, na tentativa de estabelecer critérios estilísticos, de definição de autorias e ciclos de produção, que as questões se tornam mais difíceis. No entanto, a implementação da ideia de um período extremamente produtivo e criativo entre os anos 50 e 70, relativamente ao qual o terramoto não teve implicações, foi entendido por diversos autores. Encontramos nos últimos anos um conjunto de trabalhos significativos de Celso Mangucci que esclarecem pontos ligados à produção de olarias e identificação de oleiros, à individualização de trabalhos de pintores como Valentim de Almeida (1692-1779) e o seu filho Sebastião de Almeida (1727-1779): *Olarias de Louça e Azulejo de Santos-o Velho*, (1996) e *Quinta de Nossa Senhora da Piedade. História do seu Palácio, Jardins e Azulejos* (1998).

Ainda sobre este período há que referir a dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à U.N.L em 1994 (por Maria João Lynce Costa Pais) – *Iconografia da Memória na Azuleja-*

ria do século XVIII: *Quatro Elementos, Quatro Estações, Quatro Partes do Mundo* em que o azulejo aparece como suporte material de uma pintura e iconografia com características muito próprias, especificamente portuguesas, que não se reduzem apenas e somente a uma arte decorativa.

A década de 90 constitui um período de expansão em edições relacionadas com a temática da azulejaria setecentista e a sua presença no Brasil. Assim, assistimos ao aparecimento de duas obras sequenciais sobre os azulejos em Portugal e no Brasil: *Azulejos na cultura luso-brasileira* (dir. de Dora Alcântara, 1997) e *Azulejos – Portugal e Brasil* (Revista *Oceanos*, 1998/1999). O ano de 1991 fica assinalado com o aparecimento da Revista *Azulejo* (n.º 1, 1991; n.º 2, 1992, n.º 3/7, 1995-1999) um projecto editorial ligado ao Museu Nacional do Azulejo: a História do Azulejo, Iconografia, Monografias sobre conjuntos de azulejo *in situ*, Fontes Iconográficas do Azulejo são áreas do conhecimento que aqui encontram espaço de publicação e actualização. Também os importantes estudos de Luís Moura Sobral sobre um sentido da narração plástica muito têm contribuído para uma leitura direccionada do programa azulejar por ex., *Simbolismo e narração num programa imaculista de António de Oliveira Bernardes* (1999).

Assinale-se, ainda, um conjunto de trabalhos muito importantes relacionados com a azulejaria de Lisboa: *Azulejos. Painéis do século XVI ao século XX* (Santa Casa da Misericórdia, 1994), *História e Azulejo. Hospitais Civis de Lisboa* (1996); *Guia do Azulejo* (Guias do Caminho a Oriente 1998) e *Azulejos. Arte e História* (1998) importantes colaborações num entendimento da articulação dos azulejos com o espaço e com as arquitecturas. A não esquecer a recente obra sobre *Dança e Azulejaria no Teatro do Mundo* (1998) levada à estampa pelas Edições Inapa e que tem por base a dissertação de doutoramento: *História da Dança em Portugal. Dos Pátios de Comédias à fundação do Teatro de São Carlos*, apresentada (por Daniel Tércio) na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa (1997) e recentemente defendida a minha tese de doutoramento cujo título: *A Arte de bem Viver: a encenação do quotidiano na azulejaria portuguesa da segunda metade de Setecentos* propõe uma visão cruzada entre as diferentes formas de sociabilidade e urbanidade que caracterizaram a sociedade portuguesa de meados do século e a sua representação na azulejaria desse período, perspectivando as relações e significações entre o discurso da iconografia

azulejar civil e o terreno mais vasto da arte e da cultura portuguesas. Acrescente-se a este elenco bibliográfico, a recentíssima publicação da Imprensa Nacional – Casa da Moeda (Outubro 2001), intitulada “*Estudos de Azulejaria*”, uma intenção de compilação, recolha e reunião de textos já esgotados, outros inéditos de Santos Simões apresentada por Victor Sousa Lopes.

Por fim, uma atenção às colecções e o alargamento ao espaço da cerâmica portuguesa, foram apresentadas no Catálogo da exposição do Museu Nacional do Azulejo: *Cerâmica Neoclássica em Portugal* (1997), um estudo contextualizado das colecções e ao mesmo tempo um levantamento criterioso do património público e privado.

3. *Novas propostas e abordagens*

Mas uma identidade da azulejaria – designada amplamente por barroca – que abrange e se estende a toda a segunda metade do século XVIII continua por delimitar, sendo este um período variado e que apresenta uma multiplicidade de formas e gostos: barroco joanino, rococó, pombalino e neoclássico, impõem-se como grandes ciclos de produção ainda por precisar e esclarecer. Uma parcela desta azulejaria é anónima, desconhecendo-se quem a produziu e quem a encomendou.

É pois preciso definir metodologias, novas perspectivas de trabalho e envolvermo-nos em diversos tipos de abordagens, deixando para trás um modelo de minoridade e um certo “casticismo” deste objecto artístico, há muito classificado como “arte pobre” e sem qualidade.

Pensamos que novos agenciamentos estéticos se colocam hoje à caracterização da azulejaria portuguesa concretamente do século XVIII, (já referida em recentes trabalhos) procurando ser possível encontrar um entendimento e padrão comum entre esta arte e outros objectos artísticos com base no enquadramento histórico, análise artística, e leitura iconográfica. Acreditando neste vastíssimo campo de trabalho e na sua indiscutível validade social, há que saber estabelecer linhas de actuação específicas:

E, a primeira questão passa por definir uma metodologia comum, aferindo critérios de identificação de peças existentes em colecções tanto privadas como públicas. A escassez de uma reflexão sobre metodologia e normalização e a falta de persis-

¹⁰ Vejam-se as normas de inventário recentemente publicadas: *Cerâmica. Cerâmica de Revestimento. Artes Plásticas e Artes Decorativas*. Museu Nacional do Azulejo, IPM, 1999

tência na sua aplicação são dados que conjuntamente concorrem para soluções individuais e que, regra geral, não contribuem para o desenvolvimento e aprofundamento do trabalho de inventário¹⁰.

Outra das questões diz respeito à constituição de um inventário do património azulejar do século XVIII, temático, partindo de levantamentos totais ou parciais, alguns já existentes mas incompletos, e aqui pode ser importante a metodologia de uma cripto-história de Arte. Torna-se urgente recensear e preservar os conjuntos azulejares *in situ*, e fomentar uma política eficaz de restauro. Esta última questão tem sido felizmente seguida no Museu Nacional do Azulejo, instituição de promoção do azulejo e da faiança portuguesas, incentivando projectos de trabalho na área da azulejaria e da cerâmica.

Paralelamente ao trabalho de campo, merece destaque a pesquisa arquivística aplicada aos estudos sobre cerâmica produzida ao longo dos séculos XVII e XVIII, que embora se afastando do exame directo dos objectos, traz informações fundamentais para o conhecimento da sua história (o estudo topográfico e a localização de fábricas e oficinas, o seu funcionamento, a distinção entre os diversos ofícios: oleiros, ladrilhadores e pintores de loiça e azulejo, assim como todo o processo de encomenda (produção e difusão do azulejo).

Apenas deixo para abreviar algumas pistas de trabalhos em curso ou a seguir no estudo da azulejaria deste período:

1. levantamento e inventariação da azulejaria de padronagem (sobretudo do período pombalino), registando variantes e formas de combinação de elementos.
2. o mesmo para o caso dos registos, descodificando formas de devoção: santos, milagres e protecções.
3. o papel das fontes de inspiração do azulejo, na interpretação, imitação ou inovação de modelos, ligando-o a todo o processo da criação artística, assente numa cópia criativa de modelos.
4. a interacção e diálogo entre arquitectura e pintura parietal, avaliando a ideia de programa decorativo e de lógica de distribuição orgânica do espaço. (ex. importantes estudos sobre ciclos narrativos, ou seja, a imagem e o seu lugar, integrando o azulejo como componente a explorar na noção abrangente de "Arte Total".
5. o desenvolvimento de trabalhos de atribuições e leitura formal, desenvolvendo uma análise do discurso plástico

(cumplicidade entre pintura e azulejo) ex: o estudo das abóbadas azulejadas), da relação entre cena e moldura (figura e ornamento) e a evolução das próprias molduras ao longo do século XVII e XVIII.

6. a contextualização social e cultural do azulejo de temática civil, ou seja, a função social do azulejo nos espaços da casa, (demarcação do campo das figuras de convite e o registo de instantes ligado ao quotidiano que protagonizam e acompanham a evolução do gosto e tipo específico de "consumo" estético da sociedade portuguesa de então.

Confrontemo-nos com esta pluralidade de motivações, cabendo agora prosseguir neste sentido.

Em suma, este *puzzle do mundo e da vida* ajuda-nos a uma paulatina descoberta de um tempo e de uma sociedade cujo fascínio aumenta à medida que nos debruçamos nas suas contradições e nos seus excessos. A azulejaria apresenta-se como um largo campo artístico por desbravar. É esta a nossa convicção que felizmente outros partilham.

Estamos assim conscientes de que uma inventariação exaustiva acompanhada de estudos e desenvolvimentos parcelares deste imenso património, uma real atenção às exigências actuais e estados de conservação, e o apoio das recentes tecnologias poderá tornar-se em breve um campo de trabalho para futuras e sucessivas gerações de historiadores de arte trabalharem.

Muito provavelmente futuros trabalhos – na esteira dos que agora começam a tomar forma – poderão a partir das abordagens aqui sugeridas, prosseguir no conhecimento desta arte tão envolvente e tão integrada no nosso quotidiano.